1964: o duplo golpe do campo

Sonia Regina de Mendonça
Professora aposentada associada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Em 31 de março de 2004 o Brasil, uma vez mais, se multifaceta. Na mídia, na academia, nos meios palacianos oficiais, nos quartéis, nas entidades de classe, nos lares, vão dispersar-se e conflitar-se, uma vez mais, projetos, opiniões, memórias e interesses. Trata-se da data que registra quarenta anos decorridos do golpe militar de 1964: comemoração para alguns; tristeza e saudade para outros; revivificação da revolta, para muitos. Parafraseando o sociólogo francês Pierre Bourdieu, diria que "se o mundo social me é suportável, é porque eu ainda posso indignar-me".[1] Mas, para além da indignação, vale resgatar alguns aspectos que cercaram o evento, fruto de um complexo processo de contradições sócio-econômicas e, sobretudo, políticas, que desaguaram numa solução *manu militari* e no estabelecimento de um dos mais truculentos regimes militares da América Latina, que visava desviar o processo histórico brasileiro da direção – senão plenamente socialista, ao menos democrático-popular – que então tomava.

Os autores se dividem para explicar o golpe. Para uns, tratou-se do episódio final da crise do "populismo" brasileiro, cuja última liderança de destaque, João Goulart, teria contado com bases político-sindicais de alcance limitado, atingindo apenas o próprio Executivo. Para outros, seria a própria defasagem entre a cúpula e as bases dos sindicatos de esquerda a principal responsável pela desativação do "dispositivo sindical-militar" que sustenta-

[1] Este é o título de um dos últimos livros de Bourdieu, publicado pouco antes de sua morte, e que consiste num depoimento por ele prestado a Antoine Spire.

ra o último presidente civil, resultando no golpe. Outra vertente aponta a forte presença dos capitais norte-americanos como organizadores e "financiadores" do golpe militar, com vistas a preservar seus investimentos diretos no país.

De uma forma ou de outra, "optar" por qualquer dessas vertentes seria escolher uma simplificação, já que o golpe resultou da confluência de múltiplos fatores e interesses, todos eles profundamente sobredeterminados por redefinições imprimidas, a partir de meados da década de 1950, ao padrão da acumulação capitalista no Brasil. Neste sentido, todos os agentes envolvidos no golpe – e mesmo depois dele – seriam "filhos de JK", já que foi sob sua gestão que se processaram tais redefinições.

O que pretendemos neste trabalho é retomar em rápidas pinceladas os desdobramentos resultantes das mudanças operadas no capitalismo brasileiro e que resultaram no golpe, os principais agentes envolvidos na sua urdidura e direcionar o foco da análise sobre um grupo específico de atores: os grandes proprietários rurais e suas agremiações de classe, com ênfase para uma delas.

O golpe em seu contexto

Começando pela primeiro ponto sinalizado, importa tentar retomar a complexidade que precedeu e cercou a construção do golpe. Alguns aspectos se destacam. Em primeiro lugar, o fato de que o início da década de 1960 foi marcado por um descenso do ciclo econômico, conquanto desprovido de proporções capazes de colocar em risco o prosseguimento da acumulação capitalista, tal como vinha se processando. E dizemos descenso de ciclo na medida em que ele resultara da incapacidade da própria acumulação em "digerir" o brutal volume de inversões novas verificadas na industrialização no pós-1955, com a súbita implantação, de um só golpe, da indústria de bens de consumo duráveis no Brasil durante a gestão JK, mediante o incentivo ao investimento direto dos capitais estrangeiros na montagem do setor. Seu grande ícone seria a industria automobilística e seu suporte o grande capital multinacional, ambos tornados o "motor de arranque" da economia, o que exigiu, em contrapartida, elevado fluxo de importações de equipamentos e também de remessa de lucros das empresas aqui instaladas para suas matrizes.

Paralelamente, o Estado, para favorecer a industrialização nos novos moldes, manteve uma política fiscal conservadora, sem ampliação de suas receitas e recorreu com cada vez maior freqüência a dois expedientes: o endividamento externo e a emissão monetária, donde um dos mais galopantes processos inflacionários até então experimentados no país. Para o Estado, esses recursos seriam fundamentais para manter o financiamento de suas inversões em energia, transportes e siderurgia, dentre outros. A fórmula até então preponderante de o Estado gerir e financiar uma infra-estrutura compatível com a nova injeção de capitais no setor de duráveis, logo demonstraria ser impraticável, quer do ponto de vista financeiro e social, quer do ponto de vista político, diante das mobilizações sociais que tal direcionamento provocara.

Uma acumulação nesses moldes provocava uma crescente concentração de capitais, já que a introdução da indústria de duráveis com tecnologias sofisticadas, impunha barreiras aos capitais de menor porte, favorecendo a estruturação monopolista do setor. Em conseqüência desta "opção de desenvolvimento",[2] crescera brutalmente a concentração da renda, inclusive pela geração de novos empregos ligados às esferas técnico-administrativas, dotados de salários elevados, enquanto o salário-mínimo, recebido pela grande maioria dos trabalhadores, era mantido em situação de arrocho. Semelhante grau de concentração e internacionalização da economia gerou inúmeras disputas políticas entre os vários segmentos do capital, que buscavam o favorecimento do Estado a seus respectivos setores.

Muitas análises privilegiam o aspecto econômico da crise que conduziu ao golpe militar, posto diagnosticarem estar ocorrendo um "decréscimo na taxa de lucro" no país entre 1962-1964, explicada pela conjugação de altas inversões de capital e insuficiência de demanda interna, devido à "pequena extensão" da classe média brasileira incapaz de consumir os novos bens produzidos.[3] Esta desproporção, somada à inflação crescente, explicariam o que

[2] Cf. Sonia Regina de Mendonça. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

[3] A esse respeito, ver, por exemplo, Maria da Conceição Tavares. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: mimeo, 1974.

alguns consideram "taxas ilusórias de lucro" percebidas pelo capital, no país, naquele contexto. Ora, por certo decaíram as inversões a partir de 1962, mas tratava-se de um descenso compatível com a relação entre o brutal volume anterior de investimentos e o tempo necessário para ocupação/desgaste de toda essa nova capacidade produtiva instalada.

Outros autores, criticando a vertente anterior, destacam que as decorrências sociais e sobretudo políticas da internacionalização da economia brasileira sobrepunham-se à crise econômica,[4] já que os trabalhadores, em sua luta contra novos avanços sobre seus salários, organizaram mobilizações sem precedentes até então. Logo, se o processo inflacionário perdia sua eficácia e as inversões industriais reduziam-se, era por razões muito mais propriamente políticas do que econômicas, inexistindo qualquer "crise clássica de realização" no país.

Por outro lado, não se pode esquecer que o Estado, financiador de parcela fundamental da produção, encontrava-se em crise financeira, pelo bloqueio político imposto à concessão de mais empréstimos externos ao país. Dessa forma, coincidiam o momento do descenso do ciclo capitalista e as limitações financeiras do Estado, desequilibrando toda a economia. A crise 1962-1964 seria, pois, a unidade de múltiplas determinações: econômicas – oriundas do padrão capitalista brasileiro apoiado no Estado e no investimento direto estrangeiro –, políticas – pelo questionamento ferrenho das frações de classe dominantes ao governo democrático-popular em vigor – ; e sociais – pela ascensão inédita do movimento organizado de massas, em defesa de suas condições de vida e da própria democracia.

Como já foi apontado, a crise atravessava igualmente o próprio empresariado, pois o que estava em jogo era a definição de qual setor passaria a deter a hegemonia do processo da acumulação no país, doravante.

Já do ponto de vista estritamente político, vale lembrar que desde a chamada "redemocratização" de 1945 haviam sido estabelecidas importantes linhas de balizamento do jogo político-partidário nacional. Em primeiro lugar, dificultando a formação de partidos estaduais ou regionais, a

[4] Ver sobretudo Francisco de Oliveira. *A economia brasileira. Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1985.

"redemocratização" beneficiou muito mais o surgimento de frentes partidárias do que de partidos propriamente ditos, gerando acusações de "amorfismo" ideológico da parte destes. Também a fórmula de representação eleitoral então definida – voto majoritário para cargos executivos/Senado e proporcional para os legislativos em geral –, aliada a um critério de proporcionalidade assaz imperfeito, resultariam na sobre-representação de estados tradicionalmente conservadores, em detrimento daqueles cujas bases concentravam-se nos grandes centros urbano-industriais. Estados como São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro encontravam-se sub-rerpresentados na Câmara dos Deputados e mais ainda no Senado, onde o número de vagas era idêntico para todos os estados, independentemente de sua população.

PSD, PTB e UDN foram os grandes partidos nacionais então criados, sem deixar de mencionar o PCB que, a despeito de contar com grande prestigio popular no período, seria proscrito em 1947, permanecendo na ilegalidade. Partidos menores surgiriam entre 1946 e 1960, porém sua atuação eleitoral estava condicionada a alianças com os grandes. Até 1961, o processo político-partidário privilegiara o PSD, ao qual o PTB somava forças na maioria das eleições presidenciais. Quanto à UDN, permanecia como o segundo grande partido em número de votos e, tendo perdido seu cunho de "frente", expressava interesses de uma "elite" intelectual fortemente conservadora. O crescimento acentuado do PTB, apoiado pelo PCB – ilegal mas atuante – e a sobrevivência do "getulismo" significavam, para a UDN, o avanço do "comunismo" no país, articulando-se este partido inúmeras vezes aos militares, construindo para si uma identidade golpista.

Justamente em 1961 a UDN pela primeira vez levava um candidato à presidência: Jânio Quadros. Mas seria uma vitória ilusória, posto que o candidato eleito não seguia os princípios programáticos do partido, sobretudo em matéria de política externa. Sua renúncia, além de reabrir velhas feridas, levou à crise política desencadeada pela posse do vice, o petebista João Goulart. A polarização crescia. Como paliativo, muitos dos segmentos dominantes temerosos do avanço dos movimentos sociais, estabeleceram o Parlamentarismo como pré-condição para o mandato, supondo neutralizar um presidente ligado ao movimento popular em ascensão. Em plebiscito realizado em janeiro de 1963, Jango reverteria a situação, retornando o país ao Presidencialismo.

Assim, o quadro político no imediato pré-1964 foi marcado por inúmeros enfrentamentos. De um lado, a intensa mobilização popular e sindical, levando a um equilíbrio instável entre os partidos, o que significava tanto a ruptura do pacto populista – expresso na aliança PSD/PTB – quanto a emergência de uma participação popular, não tutelada, na cena política. A expressão partidária dessas lutas centrou-se nas reformas de base anunciadas por Jango, sobretudo a reforma agrária, revelando claramente o perfil dos parlamentares. Sua tendência à formação de frentes interpartidárias descortinou as fissuras no próprio seio da classe dominante, explicitando suas contradições. Afigurava-se um impasse entre Executivo e Legislativo que demonstrava, tanto o cunho progressista do primeiro, quanto o conservadorismo do segundo, revelando porém o aumento da representatividade de ambos, o que inviabilizaria as formas tradicionais de condução política.[5]

Duas grandes questões polarizaram as polêmicas no imediato pré-golpe: as reformas de base e a luta antiimperialista.. O Executivo manteve a política externa independente, tentando estabelecer limites para as remessas de lucros ao exterior e chegando a enviar o projeto das reformas ao Congresso em março de 1964.

A monopolização e internacionalização da economia antes citadas refletiam-se nessas disputas. Uniam-se setores udenistas e militares, visando " reconduzir" o país ao " alinhamento automático" aos Estados Unidos. Como pano de fundo, a Doutrina da Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) enfatizava a manutenção do padrão de acumulação baseado no capital estrangeiro arrocho salarial. Restava aos militares assegurar sua coesão interna, alijando seus segmentos mais ligados à vertente nacionalista para, assim, garantir o apoio do empresariado que, há muito, arquitetava a ação golpista.

Em novembro de 1961 foi fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), congregando militares, políticos e, sobretudo empresários, com fartos contatos e recursos internacionais. À sombra de outra agência, o

[5] Ver Maria do Carmo Campello de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), o Ipes funcionaria como núcleo elaborador da estratégia golpista. Segundo alguns autores, ambos configuravam o "verdadeiro partido da burguesia", o seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.[6] Tudo isso sem falar no papel equivalente desempenhado pela ESG nos meios militares. O "complexo" Ipes/Ibad promoveu feroz campanha contra o que consideravam a "bolchevização" do país, tendo por lemas a segurança interna e o desenvolvimento "racional". Atuavam em âmbito nacional, aglutinando setores industriais urbanos e até mesmo grupos rurais, em função da ameaça potencial de reforma agrária.

O golpe de 1964 representaria, portanto, uma dupla reordenação. De um lado, alijou e reprimiu os movimentos populares. De outro, afirmou a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos do capital. Parte expressiva da população, que via a legalidade como norma de conduta dos militares, recebeu o golpe como um raio. Já seus urdidores do Ipes e os políticos da UDN viram-no como uma vitória. Por certo a " harmonia" entre políticos e militares logo se desvaneceria, diante da edição do Ato Adicional n° 1, que dava ao Executivo militar amplos poderes, inclusive o de suprimir direitos políticos, sobrepondo-se ao Legislativo.

O golpe de 1964 significou a destruição imediata das mais expressivas conquistas realizadas pelos trabalhadores em suas lutas precedentes. Representou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego, mediante a criação do Fundo de garantia por tempo de serviço. Significou a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização do petróleo, além da inviabilização da reforma agrária, arduamente reivindicada e esperada pelos trabalhadores rurais. Representou, em suma, o desmantelamento, via violência explicita e aberta, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e de classe média que pudessem vir a significar oposição ao regime militar.

O campo "vai ao golpe"

Dentre as frações da classe dominante mais envolvidas com a urdidura do golpe encontrava-se a burguesia agrária brasileira, premida por duas frentes de pressão desde inícios dos anos 1960: de um lado, o recrudescimento do movimento social rural organizado e multiplicado em quase todo o país;

de outro, o projeto de reforma agrária do presidente Goulart. A desigual estrutura fundiária e social brasileira ficava desnuda e os grandes proprietários reagiriam duramente contra tal exposição através de suas entidades de classe, dentre elas a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), do Rio de Janeiro, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) de São Paulo. Logicamente todas as contradições marcantes desse período levaram à sua aproximação, mas também ao acirramento da disputa entre ambas, com a vitória de uma delas.

A Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, teve uma participação extremamente ativa no debate nacional sobre a reforma agrária, traduzindo a posição e as idéias do segmento tido como o mais dinâmico e "moderno" da fração agrária da classe dominante brasileira, que congregava poderosos interesses do setor mais industrializado dos "proprietários rurais", [7] mormente frigoríficos, industriais do setor de beneficiamento alimentício e correlatos, sem falar nas grandes empresas – nacionais e estrangeiras – que, mais contemporaneamente, haviam passado a investir também em terras, tanto em São Paulo, quanto no restante do país. De outro lado, situava-se a SNA disputando a liderança política com a congênere paulista, desde primórdios do regime republicano[8] até períodos mais recentes. A situação não seria diversa na conjuntura inaugurada pela década de 1960 e o golpe de 1964, ainda que ambas as associações, ao defenderem sua(s) proposta(s) de reforma agrária, guardassem muito mais pontos de acordo do que divergências.

A tensão política entre elas, em particular no que tange à disputa pela representação efetivamente nacional da classe dominante agrária, não cessaria no decorrer no período. Essa disputa pode ser depreendida, por exemplo, das inúmeras descrições de solenidades de posse das novas diretorias da

[6] A este respeito ver René Dreifuss. *1964. A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

[7] O uso das aspas no termo "proprietário rural" prende-se ao fato de que, em função das transformações verificadas na agricultura brasileira do pós-1964 e que implicaram, sobretudo, na ênfase à industrialização das atividades agrícolas e seu profundo imbricamento às cadeias industriais setoriais, torna-se difícil, a partir de então, discriminar os grandes empresários que se dedicavam exclusivamente à agropecuária, daqueles que envolviam-se, simultaneamente, em ambas as dimensões da produção "rural". Empresários rurais tornavam-se, ao mesmo tempo, latifundiários e industriais, à frente de, muitas vezes, uma mesma empresa que centralizava múltiplas atividades – urbanas e agrárias – correlatas.

SRB, detalhadamente descritas na revista da entidade, *A Rural*, que fazia questão de registrar tanto a presença marcante de autoridades da administração pública estadual e, sobretudo, federal, quanto a total ausência de representantes da agremiação do Rio de Janeiro.[9] A medição de forças patenteava-se, até mesmo, na ênfase conferida às matérias por cada um dos periódicos onde, por exemplo, em pleno governo Goulart, às vésperas do golpe de 1964, a SRB iria louvar a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra) – a funcionar como anteparo à mobilização social no campo –, criticando o , Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) enquanto inócuo, ao passo que *A Lavoura*, da SNA, adotaria postura diametralmente inversa em sua páginas.[10] Contudo, a tensão entre elas não deve ser subestimada no resgate histórico das propostas reformistas por elas elaboradas, já que muitos de seus aspectos "menores", foram por ela condicionados. [11]

O posicionamento da SRB, contrário à reforma agrária, foi dos mais agressivos, tendo a entidade lançado mão de sua imensa capacidade de mobilização e organização dos segmentos de grandes proprietários e atuado em inúmeras frentes para divulgar suas idéias no pré-golpe, fosse convocando o *Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base*, em março de 1963, [12] fosse participando de reuniões acadêmicas como a da Sociedade Brasileira para o

[8] Cf. Sonia Regina de Mendonça. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

[9] Em número de abril de 1963, *A Rural* publica matéria sobre a solenidade de posse do novo presidente da entidade, o grande cafeicultor e industrial, Sávio Pacheco de Almeida Prado, apensando a lista de todas as agremiações e órgãos públicos cujos representantes estiveram presentes. Dentre os quase 50 nomes, não consta nenhum pertencente à Sociedade Nacional de Agricultura.

[10] *A Lavoura* contaria, durante alguns anos, com uma coluna regular intitulada " INDA Promove", onde eram noticiadas as principais realizações do órgão no bimestre.

[11] Por exemplo, quando um dos presidentes da SRB, Souza Lima, foi indicado como Ministro da Agricultura em 1963, a entidade o louvaria em sucessivas matérias, cobrindo suas realizações e agenda política como um demonstrativo de sua representatividade nacional e da efetividade e sucesso de sua capacidade de pressão política. Em contrapartida, a SRB pouco noticiou – exceto em tom de crítica – que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão máximo da representação patronal recém criada à época, era presidida por um dos diretores da SNA.

[12] *A Rural*, mar. 1963, p. 5-8.

Progresso da Ciência (SBPC), ou mesmo ministrando palestras junto à Escola Superior de Guerra. Para a SRB: "Prometer reformas sem dizer como vão ser feitas, sem uma crítica prévia e objetiva, sem audiência conscienciosa da opinião pública, constitui realmente uma perigosa ameaça".[13]

A postura de recusa radical a qualquer tipo de reforma agrária integrou a plataforma política da SRB desde inícios dos anos 1960. Todos os editoriais de *A Rural* do período teriam por temas a "ameaça" representada pela reforma, bem como a construção de uma imagem do setor agrícola enquanto "desprotegido" e "abandonado" pelo Estado. Sob este aspecto, aliás, a SRB coincidiria com a estrutura argumentativa veiculada pela Sociedade Nacional de Agricultura, sobretudo em se tratando de um governo tido como "subversivo" e indesejável. Senão, vejamos: "O que compete evitar. Ressalta a gravidade do assunto e a dificuldade em que se encontra a classe agrícola do País, pois sobre seus ombros pesa a responsabilidade das suas produções, divisas para manter as importações e alimentos para o suprimento das populações; (...) vê-se embaraçada pela negativista ação oficial que pretende *levá-la ao abandono para, com o caos e anarquia, obter clima propício para a implantação de um regime que uma ínfima minoria deseja*".[14]

Bastante semelhante seria o posicionamento da Sociedade Nacional de Agricultura com respeito ao projeto de reforma agrária de Goulart, conquanto a entidade revelasse um tom bem mais moderado em sua argumentação. Assim, mesmo admitindo a necessidade de alguma reforma, a SNA acabaria, na prática, recusando-a, ao ponderar que "O simples acesso à propriedade da terra aos que nela trabalham não é a solução (...) Não devemos substituir uma estrutura agrária que, apesar de seus defeitos, vem funcionando, por uma nova estrutura de perspectivas imprevisíveis (...). *O problema é, portanto, um problema social que não se limita a uma simples divisão de terras*".[15]

A Sociedade Nacional de Agricultura, ademais, enviaria ao Governo projeto próprio de reforma agrária, que prescrevia as seguintes medidas: a)

[13] *A Rural*, mar. 1963, p. 3.

[14] *A Rural*, out. 1963, p. 3, grifos meus.

[15] *A Lavoura*, jan.-fev., 1963, p. 53-54, grifos meus,

reformulação agrícola – incluindo a concessão de crédito a longo prazo e juros módicos à agricultura; técnicas modernas de agricultura e pecuária; mecanização da lavoura; adubos financiados a prazos convenientes e fomento à formação de cooperativas agrícolas —; b) reforma agrária propriamente dita, por ela definida como "a seqüência de medidas que seguem ao que se chamou reformulação agrícola", dentre as quais destacavam-se o parcelamento das terras devolutas da União, a recuperação das terras devolutas das zonas mais afastadas dos grandes centros e a identificação das terras que, por sua extensão, dificultassem o desenvolvimento da produção; c) intensificação do auxílio às firmas de colonização mediantes taxas sobre os loteamentos marginais dos grandes centros e, finalmente, d) congregação dos pequenos produtores hortigranjeiros das grandes capitais em cooperativas.[16]

A participação de ambas as entidades na urdidura do golpe pode ser verificada a partir dos editoriais publicados em suas revistas, como o que se segue, oriundo de *A Rural*, poucos dias após o evento: "*A agricultura foi um dos setores de atividade econômica mais visados pelos elementos da esquerda radicalista (...). Desassistida e até castigada pela total ausência de interesse das administrações federais, tornou-se a classe agrícola objeto da predileção para os ataques desfechados pelos adeptos da ideologia comunizante.(...). As entidades agrícolas de São Paulo, inconformadas com a passividade e a aquiescência que se generalizavam, decidiram promover na sede da SRB, concentração de* TODA A CLASSE RURAL BRASILEIRA *para, em franco debate, analisar o problema (...). De fato, doze dias depois da grande manifestação do povo paulista, as Forças Armadas, que são parte integrante desse povo, punham as suas tropas nas ruas contra o governo opressor (...). Continuemos a luta e complementemos a Revolução!*"[17]

Por certo o golpe não consistiu numa reação exclusiva aos projetos de reforma agrária existentes no papel e nos pronunciamentos oficiais — ou oficiosos — do governo, uma vez que a despeito de seu radicalismo verbal,

[16] *A Lavoura*, mai.-jun.1963, p. 8-9.

[17] *A Rural*, abril. 1964, p. 3-4.

[18] No máximo limitavam-se à desapropriação, medidas de ordem fiscal e algumas poucas mudanças da Constituição.

estes eram tímidos e moderados em seu encaminhamento concreto.[18] Ademais, o programa fundiário do governo João Goulart não se propôs, em momento algum, a acabar com o latifúndio, pautando-se por um "reformismo populista" segundo alguns autores.[19] A reação foi, de fato e sobretudo, às alternativas contidas no movimento dos trabalhadores rurais e no movimento social pelas reformas em geral, que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária "na marra", já que tais mobilizações indicavam a potencial ruptura das alianças tradicionais que sustentavam as formas de dominação prevalecentes no campo.

Daí a pressão continuada da SRB, mesmo no imediato pós-golpe, cobrando o atendimento de suas demandas, através da realização do evento denominado *Concentração Nacional de Ruralistas pela Democracia*, em abril de 1964. Deste encontro sairia um documento a ser entregue ao presidente Castelo Branco, destacando que " a agricultura não impõe formas de exceção, favores ou privilégios para existir, pois, graças a sua ação multiforme ela se adapta ao meio (...) *Mas convoquem-se os homens capacitados da lavoura para a direção dos órgãos relacionados com os assuntos da agricultura porque eles e só eles saberão defender e orientar* este inestimável setor".[20]

O *lobby* seria exitoso, pois já em julho de 1964 a entidade comemorava a nomeação do novo ministro da Agricultura, Oscar Thompson, seu diretor e ex-secretário de Agricultura de São Paulo.[21]

Mas se o golpe de 1964 trazia em seu bojo a suposição de que o latifúndio, o maior adversário do projeto reformista, saíra vitorioso, o *Estatuto da Terra*, promulgado por Castello Branco logo após o movimento, logo deixaria entrever uma nova "ameaça" à grande propriedade improdutiva. Afinal, o *Estatuto* era uma espécie de balão de ensaio no sentido de criar limites ao latifúndio improdutivo e atingir, por tal via, o setor da classe dominante agrária mais retrógrado e conservador. Divulgado em meio à crise de redefinição e consolidação das alianças que viriam a dar sustentação ao novo regime, o *Estatuto* contou com uma repercussão tão contraditória quanto

[19] Regina Bruno. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense/UFRRJ, 1997, p. 97.

[20] *A Rural*, abr. 1964, p. 12, grifos meus.

[21] *A Rural*, jul. 1964, p. 49.

aquela demonstrada pela própria historiografia especializada no tema. Criticado pela maioria dos autores por seu caráter antipopular e, sobretudo, por não incorporar os trabalhadores rurais no processo de reforma agrária[22], o *ET* no entanto, guardaria um certo cunho reformista, exemplificado pela própria reforma agrária por ele prevista, porém inserida num conjunto mais amplo de medidas, vinculadas a uma estratégia geral cuja racionalidade prendia-se ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), mormente no que dizia respeito tanto à análise do papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo e da própria reorganização fundiária. Tratava-se de fazer frente à crise econômica brasileira buscando, através da reforma fundiária, ampliar o mercado interno e configurar uma "classe média rural" consumidora de produtos industriais. Mas tratava-se, também, de neutralizar os conflitos e tensões no campo, tal como já se propugnara em outra quadra histórica do pais. [23]

Logicamente que tais reformas no governo Castello Branco adquiriram uma nova configuração, a começar pelo fato de concretizarem-se não mais por intermédio de uma frente com os setores populares e sim através da repressão ao conjunto do movimento social e da lenta destruição dos canais institucionais de mediação entre Estado e sociedade civil organizada. Com isso, as reformas desenraizaram-se de suas origens sociais, tornando-se uma "concessão" do regime, o que significava afirmar o fim de qualquer possibilidade de uma reforma agrária voltada à transformação radical da estrutura de propriedade vigente. Isto não queria dizer, entretanto, que a reforma da

[22] A maioria dos especialistas defende tal posição destacando, por exemplo, que os itens do Estatuto que previam a participação dos trabalhadores não foram regulamentados. Ver José Graziano da Silva. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; Regina Bruno. A Reforma Agrária na virada do século. *Reforma Agrária – Debates*. Campinas, ABRA, v. 0, n. 1, p. 123-145, abr., 1993 e *Op. cit.*, 1997; Aspásia Camargo. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: Bóris Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, v. 3, t. III, 1981, dentre outros.

[23] Em estudo anterior, foi possível perceber a articulação de uma proposta com conteúdo equivalente – ainda que em outra conjuntura histórica – por parte dos segmentos de grandes proprietários rurais agremiados junto à Sociedade Nacional de Agricultura, nas décadas de 1900 a 1930. Seu objetivo consistia em multiplicar as pequenas propriedades em áreas agrícolas menos dinâmicas, com vistas a configurar um "colchão amortecedor" de pequenos proprietários que pudessem atuar no sentido de impedir mobilizações rurais por parte dos "sem terra". Sonia Mendonça. Op. cit., 1997.

estrutura fundiária proposta fosse completamente desprovida de pretensões "mudancistas". A rigor, a reforma castellista, tida como "democrática e cristã", voltava-se para o aumento da produção e da produtividade, bem como para a consolidação da propriedade privada no campo, sob a égide dos princípios da técnica, da racionalidade e da ideologia do planejamento. O que se percebe é que o primeiro governo militar, apropriando-se da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período Goulart, deslocou-as para o âmbito do tecnicismo e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo, que lhes dera sustentação em passado recente.

A reação das entidades rurais logo se faria sentir. Os grandes proprietários sentiram-se traídos pela emenda constitucional e o *Estatuto da Terra*, voltando-se prontamente para a mobilização de suas agremiações de classe com vistas a organizar seu "contra-golpe". Vale registrar que já não era mais cabível o velho clichê do combate ao "comunismo", assim como não mais se tratava de um projeto orquestrado por um governo populista. Mesmo assim, o sentimento da "traição" do governo, seria o eixo articulador do discurso veiculado por ambas as entidades patronais focalizadas. "Reafirmou-se por unanimidade a posição da classe agrícola contra qualquer emenda constitucional para a reforma agrária(...). Ficou evidenciado em suma, que a forma pela qual o governo conduz esta matéria é motivo de grande intranqüilidade no meio rural que, se aprovada nas bases noticiadas, certamente criará tremenda anarquia em todo o setor (...). O *projeto do governo pretende inaugurar o absurdo conceito de 'latifúndio'*". [24]

A rigor, pode-se afirmar que o Estatuto da Terra teve como especificidade o fato de conter em seu bojo duas estratégias distintas: uma, "distributivista", voltada a alguma democratização da propriedade da terra; e outra, "produtivista", numa antecipação da opção que prevaleceria na década de 1970, através da chamada "modernização da agricultura" [25]. Esta tensão de princípios é um claro demonstrativo da disputa de interesses intra-classe dominante agrária no período: enquanto se iniciava, na prática, a

[24] *A Rural*, jul. 1964, p. 18, grifos da fonte.

[25] José Graziano da Silva. *Op. cit.*.

implementação de uma política produtivista, no plano da sociedade política, remanescia um espaço de disputa pela reforma agrária. Afinal, o primeiro governo militar elegera a reforma agrária como alternativa para a agricultura brasileira, por partilhar do ponto de vista de que a estrutura fundiária consistia em obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no país e, ao mesmo tempo, numa resposta à questão social e política no campo.

Entretanto, nem mesmo tal ambigüidade abrandaria as demandas dos grandes grupos agro-industriais paulistas que, através de editorial denominado "*Mantenhamo-nos em Armas*", afirmavam "Consumou-se *o derradeiro ato do drama agrícola nacional* com a imposição da votação da emenda constitucional alterando o artigo 141 da Carta Magna do pais e com a do Estatuto da Terra, como foi denominada a Reforma Agrária (...). *Todos se aliaram para o sacrifício da agricultura brasileira*, a qual se *teria de impor uma política de inspiração alienígena*, sob a filosofia punitiva de retaliação das propriedades (...). Abriu-se uma fenda nos direitos do homem, expressos nos 138 parágrafos do artigo 141 da Constituição, com *o pesar daqueles que se viram frustrados pelo resultado do movimento ao qual se entregaram e do qual esperavam a redenção*. Não ensarilharemos nossas armas, muito pelo contrario, com elas nas mãos continuaremos a luta que para nós se apresenta sagrada".[26]

Na verdade, o *Estatuto da Terra* deve ser apreendido, para os fins dessa reflexão, como um campo de forças o qual, desde a elaboração do projeto até sua aprovação final, registrou o confronto entre governo/técnicos (em particular oriundos do Ipes [27]) e as distintas frações da classe dominante agrária, em luta pela sua implantação ou derrocada. Regulamentado com um considerável numero de vetos e alterações, principalmente no que tange à distribuição da terra e ao apoio ao trabalhador rural, o *Estatuto* emergiu como instrumento de atuação do Estado em dois planos: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola. Cumpre destacar que não se tratava, como tal-

[26] *A Rural*, ago. 1964, p. 3, grifos meus.

[27] Faziam parte do Grupo de trabalho encarregado de estruturar os orgãos de implementação das novas políticas (GRET)) tanto representantes da vertente reformista do Ipes, quanto remanescentes da experiência de reforma agrária realizada no estado de São Paulo por Carvalho Pinto, além de técnicos dos ministérios envolvidos. Regina Bruno. *Senhores da terra, senhores da guerra*. *Op. cit.*, p. 137-138.

vez se possa depreender – e como o dariam a perceber os grandes proprietários rurais do período –, de uma legislação ameaçadora do latifúndio. Muito pelo contrário, ela fora concebida para forçar a sua modernização, particularmente ao prever sua interpenetração ao conceito de *empresa*, a qual, no *Estatuto*, emergia como isenta de desapropriação. Ademais, a lei de reforma agrária era, simultaneamente, uma lei de desenvolvimento agrícola, o que não só "abrandava" sua intencionalidade política, como tornava-a um texto pleno de ambigüidades flagrantes, fruto da enorme resistência e pressão política movidas pelas entidades de classe patronais da agricultura brasileira.

No curto prazo, porém, nada disso minimizaria as pressões exercidas pela SRB contra qualquer iniciativa que arranhasse a estrutura fundiária do país. Para os grupos agremiados à entidade, prevalecia a "(...) *frustração moral do povo após o movimento revolucionário que ajudamos a preparar e acionar*"; "pressentimos que a próxima fase da vida nacional e muito acentuadamente a dos agricultores não será das mais risonhas pois o esquema estabelecido e já em ação já se faz sentir. (...). *Mantenhamo-nos unidos e agarrados a nossa terra*".[28]

Logo, se no pré-1964 setores da burguesia ligados à produção de bens de consumo básicos e sensíveis aos apelos de reforma agrária acabaram recusando-a por motivos políticos, no pós-1964 – quando o "perigo comunista" já fora neutralizado – essa mesma burguesia, uma vez mais, se omitiria, redundando, com isso, no arrefecimento do governo quanto a seus objetivos reformistas. Essas pressões e reações resultaram em sucessivos *recuos* por parte da equipe governamental encarregada da elaboração e implantação do *Estatuto da Terra* e do *Estatuto do Trabalhador Rural*. O primeiro recuo consistiu na introdução de um capítulo sobre "Política Agrícola" dentro de uma legislação eminentemente agrária, estratégia que serviu para torná-la politicamente mais palatável no Congresso.

O segundo, referiu-se ao fato do governo abrir mão dos instrumentos de reforma agrária originalmente propostos, tais como a desapropriação por interesse social e a tributação progressiva e regressiva sobre a terra. A rigor

[28] *A Rural*, jan. 1966, p. 5, grifos meus.

estes dispositivos resultariam em grande contenda, acabando com a vitória da vertente tributária. Já o terceiro recuo, dizia respeito aos órgãos diretamente responsáveis pela implementação das políticas agrária e agrícola: os já citados Instituto Brasileiro de reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA). A criação de duas agências gestoras da mesma matéria seria a garantia de uma potencial vitória, sob a ótica dos grupos técnicos, que acreditavam possível a reforma agrária. Entretanto, a indicação dos nomes de seus titulares viria demonstrar a impossibilidade de qualquer ação conjunta e integrada entre eles [29]. Desvirtuou-se, assim, completamente, a versão original do *Estatuto*, sendo ele aprovado de acordo com os interesses dos grupos dominantes agrários que mais pressionaram contra sua existência.

Daí por diante, a exitosa Sociedade Rural Brasileira procurou sempre referir-se ao primeiro governo militar em termos de suas práticas "de conluio" ou "intenções conspiratórias". Em sua revista afirmaria, em tom francamente irônico: "A operação Reforma Agrária desenvolveu-se como manda o figurino militar. O Planalto traçou o 'azimute de marcha'. O Congresso Nacional, a fortaleza visada. A Constituição, o troféu. As linhas de comunicação, a salvo dos sabotadores". [30]

Quanto aos recuos sistemáticos do governo, a agremiação responderia de forma ao mesmo tempo comemorativa e crítica, como se infere do seguinte texto: "Devemos lembrar que *a filosofia daquele movimento que levou o povo às ruas englobava a recuperação moral, o respeito e a dignidade*. (...) *Competia corrigir erro políticos que longos anos de corrupção e demagogia haviam implantado*. (...). O panorama político entretanto se apresentava confuso. Os autênticos lideres revolucionários foram proscritos; os partidos extintos (...). Impunha-se a revisão das leis votadas com fito demagógico, dentre as quais se destaca o Estatuto da Terra e o do Trabalhador Rural (...). O *novo*

[29] Na avaliação de um dos integrantes do Gret, os nomes escolhidos demonstravam claramente tal impossibilidade: o presidente do INDA, Eudes de Souza Leão, além de usineiro era um elemento francamente oposto à Paulo de Assis Ribeiro, nomeado para o IBRA. Este último seria "sincero, lutador, um sujeito inteligentíssimo, mas um homem estratosférico, não era um executor". *Apud* Regina Bruno. *Op. cit.*, p. 114.

[30] *A Rural*, mar. 1966, p. 5.

governo herdando elementos de proa da sua atuação passada *demonstrou que não trilharia a linha que lhe impunham os anseios do povo. A agricultura foi mantida num plano inferior*. Os outros setores tem vantagens creditícias e fiscais: a agricultura não. O café, riqueza impar, continua feito navio escola que abriga aprendizes de política agrícola" [31].

O resultado final dessa contenda consistiu na garantia de que a reforma agrária seria meramente transitória, cabendo ao governo federal um papel permanente apenas no tocante à política agrícola. Em contrapartida, em meio a todo esse processo emergiu e consolidou-se o novo conceito de "*empresa agrícola*", "substitutivo" da opção "democrática" para o campo e cerne do processo de modernização da agricultura brasileira. Através das lutas movidas pelas entidades patronais rurais, consagrou-se a separação entre reforma agrária e modernização da agricultura, binômio tão caro aos articuladores do *Estatuto da Terra* e que, uma vez derrotado, legitimaria a capitalização da agricultura brasileira, sem grandes alterações na estrutura fundiária do país..

Ultrapassado o episódio e "sepultado" o espírito reformista do *Estatuto da Terra*, não por acaso, a SRB louvaria a posse do presidente Costa e Silva, a quem caberia a tarefa de "*recuperar o país*" - e os proprietários de terra – "os efeitos nefastos da gestão anterior", trabalhando para "Procurar *rearmonizar as classes sociais* do País e *reequilibrar a produção nacional, da qual se destaca a agricultura*. Esta necessita de uma reestruturação integral, a começar pela revisão imediata do "Estatuto do Trabalhador Rural" peça legislativa votada no tempo da vigência plena da demagogia eleitoral" [32].

Ao fim e ao cabo, os grupos dominantes agrários, mormente aqueles ligados à Sociedade Rural Brasileira, saíram duplamente vitoriosos do golpe de 1964. De um lado, por terem sido seus articuladores e, de outro, por terem conseguido inviabilizar a aprovação do *Estatuto da Terra* em sua versão original, o que significou a segunda derrota de um projeto de reforma agrária em curto espaço de tempo. A SRB, inequivocamente, se imporia, a partir daí, como a mais expressiva liderança política da classe.

[31] *A Rural*, mar., 1966, p. 5-6, grifos meus.

[32] *A Rural*, abr., 1967, p. 2, grifos meus.